

Videoconferência

O papel das ouvidorias na ampliação
da participação popular:

desafios e estratégias

PROGRAMAÇÃO

VIDEOCONFERÊNCIA: O PAPEL DAS OUVIDORIAS NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Data: 26 de novembro de 2013 | Horário: 10h às 12h

Local: Auditório Antônio Carlos Magalhães | InterLegis | Senado Federal

SUBTEMAS

- IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS
- AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
- OUVIDORIAS COMO FACILITADORAS DA COMUNICAÇÃO DOS PARLAMENTARES COM O SEU ESTADO
- O PAPEL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO SENADO FEDERAL E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
- O QUE A POPULAÇÃO ESPERA DAS OUVIDORIAS — REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIAS PÚBLICAS
- E-CIDADANIA E AS SUGESTÕES LEGISLATIVAS
- EXPERIÊNCIA PROGRAMA OUVIDORIA ITINERANTE

ABERTURA

PRESIDENTE RENAN CALHEIROS

SENADORA LÚCIA VÂNIA

Conferencistas

SENADOR PEDRO TAQUES

SENADORA ANA RITA

SENADORA ANA AMÉLIA

SENADOR ROBERTO REQUIÃO

SENADOR EDUARDO SUPLYCY

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS — DIRETOR DA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO SENADO FEDERAL

CLAUDIA LYRA NASCIMENTO — SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DO SENADO

JOSÉ EDUARDO ROMÃO — OUVIDOR-GERAL DA UNIÃO

JOSÉ VALDO SILVA — OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O evento possibilitará a participação presencial e será transmitido por videoconferência para as assembleias legislativas. Mais informações podem ser obtidas em www.senado.leg.br/ouvidoria.

Foto: Renato Gomes



Senador Pedro Taques (PDT – MT)

“A Constituição da República exige diálogo. Entendo a ouvidoria como instrumento da democracia participativa, em que o cidadão participa trazendo suas sugestões e sua fiscalização.”



Foto: Renato Gomes

Foto: Renato Gomes



Senador Roberto Requião (PMDB – PR)

“A democracia evolui procurando caminhos de maior participação popular. O Senado Federal é uma ouvidoria e tem sua própria Ouvidoria.”

Claudia Lyra (Secretária-Geral da Mesa do Senado)

“O Senado tem se mobilizado para responder às perguntas do cidadão e tem se empenhado muito no sentido de conferir cada vez maior possibilidade de esse diálogo ocorrer. Nesse esforço, a Ouvidoria é um instrumento absolutamente imprescindível a essa comunicação.”



Foto: Renato Gomes

Foto: Renato Gomes



Senadora Ana Amélia (PR – RS)

“As ouvidorias são uma válvula de escape para pegar a sociedade que está representada na sua manifestação democrática.”

Ministro Carlos Mathias (Secretaria de Transparência)

“Sabemos que a Constituição da República avançou. Ela não diz apenas que o poder emana do povo. Ela diz que o poder emana do povo que o exerce por meio dos seus representantes.”



Foto: Renato Gomes

Foto: Renato Gomes



Senadora Ana Rita (PT – ES)

“A Comissão de Direitos Humanos e a Ouvidoria têm uma relação de muita parceria a partir do momento em que a Ouvidoria também tem seus ouvidos atentos às demandas da sociedade.”

Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

“Precisamos realizar um esforço para saber o que a população está demandando. Importante que estejamos a dialogar.”



Foto: Renato Gomes

Foto: Renato Gomes



Eduardo Romão (Ouvidor-Geral da União)

“As ouvidorias públicas existentes no País precisam deixar de ser apenas uma ‘escuta qualificada’ para ter um papel proativo e de diálogo.”

José Valdo Silva (Ouvidor do Ministério Público do Ceará)

“A transparência que se reclama, no trato da coisa pública, encontra no Conselho Nacional de Ouvidores e nas Ouvidorias Legislativas clara identidade para ação conjunta.”



VIDEOCONFERÊNCIA

O PAPEL DAS OUVIDORIAS NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Bom dia, senhoras e senhores.

Tem início a cerimônia de abertura da Videoconferência da Ouvidoria do Senado Federal cujo tema central é “O papel das ouvidorias na ampliação da participação popular: desafios e estratégias”.

O evento irá debater o atual modelo de ouvidoria pública e a ampliação da participação popular. A videoconferência abordará questões como: a regulamentação do sistema de ouvidorias; o papel da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na ampliação da participação popular e cidadania e as sugestões legislativas; a importância das ouvidorias itinerantes; e, entre outros, assuntos que viabilizam o efetivo trabalho das ouvidorias no exercício da cidadania.



Compõem a Mesa de abertura a Ouvidora-Geral do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia (*Palmas*); a Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a

Senadora Ana Rita (*Palmas*); a Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Sr^a Claudia Lyra (*Palmas*); o Ouvidor-Geral da União, Sr. José Eduardo Romão (*Palmas*); o Diretor da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal, Ex^{mo} Sr. Ministro Carlos Mathias (*Palmas*); o Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Taques (*Palmas*); o Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Requião (*Palmas*); o Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Sr. José Valdo Silva, cuja participação é por videoconferência. (*Palmas*)

Convidamos para fazer uso da palavra a Ouvidora do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia.



A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Cumprimento a Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Rita; a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, que nos honra com a sua presença; o Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Taques, que nos honra com a sua presença; o Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Requião também, o primeiro ouvidor do seu Estado, que vai falar sobre isso; a Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Sr^a Claudia Lyra; o Ouvidor-Geral da União, Ex^{mo} Sr. José Eduardo Romão; o Diretor da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal, Ex^{mo} Sr. Ministro Carlos Mathias;

o Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Sr. José Valdo da Silva, cuja participação será por videoconferência; as Sr^{as} e os Srs. Ouvidores da administração direta e indireta e autarquias federais, distrital e municipais; as senhoras e os senhores que acompanham o evento por videoconferência nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima; senhoras e senhores; cumprimento o Senador Figueiró, que também nos honra com a sua presença, representando aqui o Estado do Mato Grosso do Sul.



Senhoras e senhores, é um prazer recebê-los aqui. Quero dizer da importância desta videoconferência, feita por meio do sistema Interlegis em conexão com as assembleias legislativas dos Estados a que me referi nesse momento.

O objetivo desta videoconferência é motivar as ouvidorias estaduais para que possamos estabelecer uma interação entre a Ouvidoria do Senado e as demais ouvidorias estabelecidas.

A Ouvidoria do Senado é nova, tem apenas dois anos, e teve como primeiro ouvidor o Senador Flexa Ribeiro, que procurou instalá-la com seus instrumentos para funcionar. E eu assumi a Ouvidoria do Senado no

mês de abril deste ano, com o objetivo de articulá-la com os diversos instrumentos de comunicação de que dispõe esta Casa.

Todos os senhores sabem que a Casa dispõe de uma rede de televisão, de um jornal eficiente, de alguns instrumentos que podem estreitar essa interação com a sociedade, como o Alô Senado, e-Cidadania e tantos outros que posteriormente serão mencionados pelos conferencistas.

O que nós entendemos é que esta Ouvidoria precisa fortalecer-se, uma vez que dispõe desses instrumentos todos a que me referi. E o objetivo do Senado é fazer com que esta Casa esteja cada dia mais perto da sociedade.

Os movimentos de rua dos meses de junho e julho nos alertaram para a necessidade de debater este tema, debater o papel das ouvidorias, mesmo porque todos nós fomos pegos de surpresa, e as ouvidorias não tiveram percepção dessa movimentação, que foi de grande monta. Portanto, isso nos faz refletir que as ouvidorias precisam passar por um novo papel, uma nova discussão, uma nova forma de interagir com a sociedade.

Pessoalmente, como Ouvidora, nesse curto espaço de tempo, já pude detectar que as respostas que nós temos de dar ao cidadão têm de ser destituídas de burocracia e de muitos rodeios. Que essas respostas sejam diretas, para que o cidadão se sinta realmente parte dessa interação.

Portanto, os senhores terão, nesta manhã, a oportunidade de ouvir as experiências aqui apontadas. Nós temos ouvidorias aqui que já têm uma tradição de trabalho, que são muito mais consolidadas do que a nossa. Nós temos a Ouvidoria do Tribunal de Contas, que tem um trabalho muito eficiente, uma estrutura competente, que pode oferecer subsídios para que possamos fortalecer as nossas ouvidorias; temos a Ouvidoria da Previdência, que também é uma ouvidoria consolidada; temos a Ouvidoria da Petrobras, que também tem o seu trabalho reconhecido; temos a Ouvidoria dos Direitos Humanos. Enfim, todas elas com o objetivo de prestar contas à sociedade do trabalho executado, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Nós temos a honra de ter aqui os grandes conferencistas, que poderão esclarecer qualquer dúvida que, porventura, ainda paire naquelas ouvidorias que estão iniciando os seus trabalhos.

Desejo a todos boa sorte. Que tenhamos uma manhã produtiva e que as nossas ouvidorias respondam àquilo que a sociedade brasileira demanda do Poder Público.

Muito obrigada e um bom-dia! (*Palmas*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Este evento está sendo transmitido às assembleias legislativas. As perguntas presenciais devem ser encaminhadas aos conferencistas. Aqueles que estiverem assistindo por videoconferência poderão registrar sua pergunta posteriormente no portal da Ouvidoria, e elas serão respondidas dentro do prazo de 30 dias.

Cumprimentamos as senhoras e os senhores que acompanham o evento nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, do Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima.

Desejamos a todos uma excelente videoconferência.

Passamos a condução dos trabalhos à Ouvidora-Geral do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Passo a palavra à Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Rita.



A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero cumprimentar a Ouvidora-Geral do Senado Federal, Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia

Vânia; a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia; o Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Taques; o Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Requião; o Ex^{mo} Sr. Senador Ruben Figueiró; a Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Sr^a Claudia Lyra; o Ouvidor-Geral da União, Ex^{mo} Sr. José Eduardo Romão; o Diretor da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal, o Ex^{mo} Sr. Ministro Carlos Mathias; o Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Sr. José Valdo Silva, cuja participação é por videoconferência; Sr^{as} e Srs. Ouvidores da administração direta e indireta e autarquias federais, estaduais, distrital e municipais; senhoras e senhores que acompanham o evento por videoconferência nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e, pelo que vejo também, Estado do Amazonas; senhoras e senhores servidores e senhoras e senhores que aqui estão presentes, acompanhando pessoalmente esta videoconferência.

Quero parabenizar e cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa desta videoconferência.

Quero agradecer também o convite que me foi feito para falar sobre direitos humanos. Como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, sinto-me muito lisonjeada e, ao mesmo tempo, com muita responsabilidade de poder estar aqui, dialogando com todos vocês, por meio desta videoconferência.

Penso que as atividades, os objetivos das ouvidorias e das comissões de direitos humanos que já existem em todas as casas legislativas do nosso País têm muita coisa em comum.

O papel de ambas, tanto das ouvidorias quanto das comissões de direitos humanos, é o de estabelecer um canal de comunicação direta entre cidadãos e cidadãs com o Senado Federal. São espaços de participação tanto do processo legislativo quanto do exercício de controle social da atividade parlamentar e também de reivindicação de direitos. Aliás, aqui é bom lembrar que as ouvidorias são uma substituição da figura de *ombudsman*. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos representou um marco fundamental para a proliferação e a implantação da figura do *ombudsman* em diversos países, mudando, inclusive, a sua característica original de instrumento de controle para instrumento de defesa do cidadão.

Eu gostaria de fazer uma apresentação a respeito da Comissão de Direitos Humanos.

Eu pergunto à Senadora Lúcia Vânia se é este o momento ou se vamos fazer isso posteriormente à fala dos demais membros da Comissão.

É este o momento?

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) Eu pediria que fizesse a apresentação após a fala de cada um dos expositores, para que possamos agilizar o trabalho.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, faremos, aqui, posteriormente, uma apresentação sucinta dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para que possamos compartilhar com as demais comissões de direitos humanos das casas legislativas e também com as ouvidorias, porque temos muita coisa em comum, e este é um espaço privilegiado de diálogo. Também gostaríamos de ouvir de quem nos acompanha por videoconferência os questionamentos, as perguntas. Estaremos, aqui, posteriormente também à disposição para oferecer as informações e responder aos possíveis questionamentos.

Por enquanto, muito obrigada.

Posteriormente, então, entraremos no debate.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Bom dia a todos.

Quanto tempo tenho, Senadora? Uma hora, uma hora e meia?

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) Não. (Risos)

Dez minutos.



O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Dez minutos.

Bom dia a todos.

Se nós fôssemos fazer uma eleição nesta sala e eu perguntasse aos senhores e às senhoras se têm o desejo de que eu apresente toda a Mesa, refiro-me a toda a nominata, penso que, nesta democracia direta, todos aqui levantariam o dedo dizendo que não, que não se faz necessária a apresentação de todos.

Eu quero, assim, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e, em nome dela, cumprimento os demais senadores que aqui se encontram, dizendo que para mim é uma honra participar de um evento como este.

Eu estava discutindo com o Senador Requião se, na Grécia Antiga, existiria necessidade de uma ouvidoria. Na Grécia Antiga, não existiria a necessidade de uma ouvidoria, porque lá nós tínhamos a chamada ágora para determinados temas, em que o cidadão diretamente resolvia as pendências que ocorriam dentro do que eles denominavam de *pólis*. Falar em *pólis* é falar em Aristóteles.

No livro *Política*, Aristóteles, definindo forma de governo, definia assim: a monarquia é o governo de um só; com a monarquia viciada, nós

teríamos a tirania – é uma forma de governo segundo Aristóteles em 240, 250 a. C.

Se nós estivéssemos em uma aristocracia, nós teríamos o governo de mais de um, porém de poucos. E Aristóteles dizia que, com essa aristocracia viciada, nós chegaríamos à oligarquia.

Para Aristóteles, uma outra forma de governo significativa era a chamada república, que era o governo de muitos.

Vejam que a monarquia, governo de um só; a aristocracia, governo de mais de um, porém de poucos; a república, governo de muitos.

A república desvirtuada, para Aristóteles, chegava à democracia, que, naquele momento histórico, tinha o sentido que hoje nós damos à democracia. Muito bem.

O que eu quero dizer com isso? Nesse sentido de democracia previsto por Aristóteles naquele momento histórico, a nossa Constituição também fala um pouco sobre essa democracia.

Democracia, no parágrafo único do art. 1º, está escrito assim: “Todo o poder emana do povo”. Isso significa que nós vivemos em uma democracia. Se ali estivesse dito que “todo o poder emana dos Senadores da República”, seria horrível, porque nós estaríamos diante de uma aristocracia ou de uma oligarquia. Se ali estivesse dito que “todo o poder emana de Deus”, nós estaríamos em uma teocracia. Muito bem.

Nós vivemos em uma democracia. Em que espécie de democracia nós vivemos?

Quando se fala em democracia – eu quero cumprimentar os estados que nos acompanham, em especial o Estado de Mato Grosso, que tenho a honra de representar aqui em Brasília –, logo se liga à existência de direitos políticos. Democracia não é só existência de direitos políticos, o direito de votar e ser votado, Senadora Ana Amélia, Senador Figueiró. Democracia é muito mais que isso. Democracia significa participação. Por isso, a nossa Constituição prega, Senadora Ana Amélia, Senadora Ana Rita, a chamada democracia participativa ou democracia dialógica. O que isso significa? A nossa Constituição exige que exista um diálogo entre a administração e o administrado. E esse diálogo entre a administração e o administrado concretiza-se por meio de vários instrumentos previstos na Constituição da República, instrumentos da chamada democracia direta.

Exemplos disso: no tribunal do júri, o cidadão participa da administração julgando (art. 5º, XXXVIII, da Constituição); no ajuizamento de ação popular, o cidadão participa da organização do Estado, defendendo os interesses públicos (art. 5º, LXXIII, da Constituição); na iniciativa popular, o cidadão participa do processo legislativo, conforme art. 61, §2º, da Constituição; e também consulta popular, conforme art. 14, referendo e plebiscito. Muito bem.

Eu entendo a ouvidoria, Senadora Lúcia Vânia, como um instrumento da democracia dialógica, da democracia participativa, em que o cidadão participa da organização do Estado, trazendo as suas sugestões e trazendo a sua fiscalização, para colocar o Estado no trilho. Não existia necessidade de uma ouvidoria na Grécia Antiga.

O legislador constituinte de 1988, de 1º de fevereiro de 87 até 5 de outubro de 88, discutiu a necessidade de se criar no Brasil a figura do *ombudsman*, que surge em um dos cantões na Suíça. Muito bem. Existiria essa necessidade? O debate ali foi muito forte. Muitos defendiam, sim, a necessidade da criação dessa instituição. Outros – a tese vencedora – entenderam que o Ministério Público seria a forma de defesa do regime democrático, conforme o art. 127. Mas isso não esvazia a importância de uma ouvidoria, porque o cidadão precisa participar da administração do Estado.

Imaginem: a nossa Constituição de 88 é a primeira Constituição que firma o indivíduo antes da própria organização do Estado. Explico melhor isso.

As Constituições anteriores a 1988 tratavam da organização do Estado para, depois, tratar do indivíduo. A Constituição de 88 fez diferente: ela trata dos direitos e garantias individuais, dos direitos e garantias fundamentais no art. 5º, para só depois organizar o Estado – no art. 44, Legislativo; 76, Executivo; 92, Judiciário; e 127, Ministério Público.

Qual a importância dessa topografia ou topologia constitucional?

A importância é que o legislador de 1988 quis ofertar ao cidadão maiores poderes do que ele oferta à própria existência do Estado. Por isso, a importância de uma instituição como a ouvidoria, Senadora Lúcia Vânia, e eu quero cumprimentá-la pelo trabalho que vem sendo feito.

Agora, uma estratégia de atuação: o cidadão precisa conhecer essa instituição. O cidadão precisa saber que essa instituição é um veículo, um

canal para que ele possa participar e fazer esse diálogo com a Administração Pública. Não só fazendo denúncias, não só na função de correição, mas, sim, na função de contribuição.

Nós vivemos um momento em que o cidadão deseja maior participação. E essa maior participação se dá pelos mais diversos canais de comunicação; dentre eles, a rede mundial de computadores. Daí a importância da ouvidoria neste momento histórico que nós vivemos, a importância da ouvidoria para se fazer ouvir o cidadão, para que o cidadão possa ser ouvido. E isso através da rede mundial de computadores.

Não só a ouvidoria, Senadora Lúcia Vânia. Eu, como Senador da República, no exercício de minhas atribuições constitucionais, tenho buscado, nos projetos de lei, nas proposições legislativas, trazer uma maior participação do cidadão. E eu trago alguns exemplos disso, buscando essa maior participação do cidadão.

O Senador Requião apresentou um projeto de resolução que dá ao cidadão o direito de participar da escolha dos ministros dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal. Eu fui o relator desse projeto de resolução. É muito importante que o cidadão possa trazer a sua contribuição.

Eu fui o autor da proposta de emenda à Constituição que dá ao cidadão o direito de escolher um regime de urgência para determinadas proposições legislativas. Veja que a Constituição da República estabelece a iniciativa popular no art. 61, §2º, mas nós, como legisladores, como aqueles que exercem o poder de que o povo é o titular, nós podemos escolher o momento da tramitação dessa proposição legislativa. Com essa proposta de emenda à Constituição, nós poderíamos dar ao cidadão o direito de escolher o melhor momento para que essa proposição pudesse ser votada dentro da casa legislativa. Tudo no sentido de fazer a concretização. Tudo no sentido de fazer com que nós todos possamos viver a Constituição. E viver a Constituição significa dar ao cidadão maior oportunidade de participação.

Por isso, Senadora Lúcia Vânia, para mim, é uma honra participar da abertura deste evento significativo para a democracia brasileira, não só para a democracia como direito de votar e ser votado, mas a democracia em que o cidadão não é um periférico; o cidadão é o mais importante. E, para que isso ocorra – já encerro – nós que somos representantes daquele que é o titular do poder, no momento em que criarmos a chamada *volonté*

générale, a vontade geral, que é a lei no sentido formal e material, no sentido genérico, nós podemos ouvir o cidadão, para que possamos exercer nossas atribuições conforme é a vontade da Constituição da República, que, aliás, Ulysses Guimarães denominou de Constituição Cidadã, em razão da necessidade desse diálogo, dessa participação entre aquele que exerce o poder e o titular do poder.

Muito obrigado. (*Palmas*)

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO)
– Agradeço e cumprimento o Senador Pedro Taques pela sua brilhante exposição e passo a palavra ao Senador Roberto Requião, que representa o Estado do Paraná.



O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senador Pedro Taques fez uma exposição cartesiana. Vou dar um depoimento mais aberto, de quem passou pela experiência de ter criado a primeira ouvidoria no Brasil, na prefeitura de Curitiba, e posteriormente a Ouvidoria do Estado do Paraná.

A democracia direta começa na ágora da Grécia, mas ela nunca foi tão direta assim. A ágora tratava dos assuntos tribais, dos problemas que atingiam os indivíduos. A mesma estrutura grega da época tinha outros

conselhos que cuidavam de assuntos mais complexos. Na ágora, votavam os gregos, mas ali evolui o processo democrático. Surge, por exemplo, com a iniciativa de Péricles, Pedro, a remuneração para os cargos públicos, para evitar que fossem assumidos pelas oligarquias mais ricas.

A democracia direta acaba demonstrando uma impossibilidade de tratar a cada momento de cada assunto e ela evolui para democracia representativa. O povo vota em representantes que passam a decidir em nome de seus eleitores. A democracia representativa vai se aperfeiçoando ao longo do tempo com o surgimento, por exemplo, no movimento sindical italiano, do mandato imperativo. O representante acabava não prestando mais contas a seus eleitores. Elegia-se com propostas, com princípios e com compromissos, mas acabava dono absoluto do seu mandato por um tempo determinado.

O mandato imperativo que surge no momento sindical italiano provoca uma reconsulta, um *recall*, que pode retirar o mandato de determinado representante num conselho ou num parlamento no momento em que ele não corresponde à expectativa da base que o elegeu ou aos compromissos que assumiu, através de seu partido ou de suas próprias manifestações no processo eleitoral.

O mandato imperativo é uma evolução. Mas, Senadora Lúcia Vânia, o mandato imperativo só é possível com o voto aberto, absolutamente aberto. O voto de burca, esse voto que, de certa forma, acaba escondendo o mau hálito dos parlamentos, impossibilita o exercício do mandato imperativo e a consciência dos eleitores a respeito do comportamento de seus mandatários. O mandante é o eleitor; o mandatário é o parlamentar, eleito nas nossas organizações de hoje.

Praticamente o mundo inteiro está se voltando ao voto absolutamente aberto, e aqui, no Senado, hoje à tarde, vamos decidir isso no plenário.

Há uma forte resistência conservadora para manutenção do voto secreto. Eu acredito que a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Ana Amélia, os Senadores que estão aqui presentes nos opomos a essa proposta. A Senadora Ana Rita também, com o PT inclusive fazendo questão fechada desta causa.

A democracia evolui procurando caminhos de maior participação popular. São os caminhos da democracia participativa. E, quando assumi o meu primeiro mandato de deputado, eu estava impressionado com a

democracia suíça e consegui, por iniciativa minha e de alguns companheiros, introduzir, por exemplo, no parlamento paranaense a tribuna popular, onde a tribuna poderia ser ocupada por representantes de organizações em nível de Estado, no caso do Estado do Paraná, que falariam durante o espaço destinado aos parlamentares, sem serem parlamentares. Isso está preservado até hoje.

Posteriormente, elegi-me prefeito de Curitiba. Impressionado com o *ombudsman* da Suíça, acabei optando por um outro partido para esse tipo de democracia participativa. Fui para a tendência portuguesa do ouvidor do rei, porque o *ombudsman* seria necessariamente eleito pelo voto popular, e o ouvidor do rei não. O ouvidor do rei era um personagem designado pela autoridade governante, para que, aos ouvidos do rei, chegassem os clamores da sociedade.

Muita resistência no início. Os vereadores de Curitiba diziam: “Mas esse papel cabe à Câmara Municipal; nós somos os ouvidores da cidade, nós fomos eleitos para isso”. Acabei convencendo-os de que o ouvidor do rei era, de certa forma, o personagem que iria trazer as informações e as insatisfações populares à administração municipal. Não podia ser uma ouvidoria em cada secretaria municipal, porque cada secretaria teria o seu vezo corporativo, e as reivindicações se diluiriam na resistência da corporação a aceitá-las.

Então, criava-se – e nós criamos – uma secretaria especial para isso. O ouvidor estabeleceu-se na prefeitura de Curitiba e, posteriormente, na mesma vertente portuguesa, estabeleceu-se no Estado do Paraná e, daí para frente, o Brasil inteiro passou a acatar essa proposta suíça ou portuguesa. Estamos muito mais na linha do ouvidor do rei, do ouvidor nomeado pela autoridade pública para escutar os clamores e poder redirecionar sua própria administração.

O Senador Pedro Taques falou em um projeto que redigi, inspirado por movimento sociais, estabelecendo uma transparência maior na escolha de autoridades. A resistência do Senado, Pedro, é muito grande. O projeto está lá, está bem feito, sua colaboração foi substancial no aperfeiçoamento da minha iniciativa, mas os senadores têm uma resistência brutal em abrir a caixa-preta da sua autoridade. O rito que estabelece prazos, que publica na internet do Senado o currículo das autoridades que vão ser escolhidas e sabatinadas pelo Senado tem sido muito pouco observado, a ponto de, em

determinado momento, antes da sabatina, as comissões já abrirem a urna de votação. Então, os votos antecedem a própria sabatina, que passa a ser uma norma absolutamente desconsiderada.

Mas, para isso tudo, estamos tentando a evolução. A experiência de Curitiba e a experiência do Paraná se propagaram pelo País inteiro; foi extremamente interessante, escapamos, como disse anteriormente a vocês, do vício corporativo das secretarias, e a ouvidoria funcionou na minha administração, na prefeitura e durante o período que governei o Estado por três vezes, de forma extraordinariamente eficiente. Acabamos formando nas secretarias um grupo profissional, completamente desligado das corporações específicas das secretarias que compõem a Administração Pública.

A experiência foi um sucesso, e agora estamos esperando que as coisas evoluam, não só na ouvidoria, porque, afinal de contas, o Ministério Público é também uma ouvidoria, o Senado Federal é outra ouvidoria e tem a sua própria ouvidoria; as assembleias, os parlamentos, de forma geral, são ouvidorias e funcionam de uma forma que tem de ser aperfeiçoada por estas experiências participativas que se acumulam na história da evolução da democracia no mundo, desde a velha ágora da democracia direta, que nunca foi tão direta, até a experiência do mandato representativo, do mandato imperativo e da instalação das ouvidorias que nós discutimos aqui hoje.

Eu vim fazer um depoimento, de uma forma menos orgânica e menos cartesiana que a exposição do Pedro Taques, o qual eu acabei de expor a vocês.

Muito obrigado. (*Palmas*)



Foto: Renato Gomes

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Requião e, inclusive, cumprimento-o por transmitir a sua experiência, o que é muito importante para todos nós.

Parabéns!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O problema, Senadora, é a experiência que vamos passar hoje à tarde no Senado.

Se o voto for de burca, não existe fiscalização, não existe mandato imperativo e não existe o aperfeiçoamento necessário da democracia e eu tenho muito medo de que o fracasso de hoje à tarde seja absoluto.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vamos torcer para que tudo dê certo.

Passo a palavra, neste momento, à Drª Claudia Lyra, Secretária- Geral da Mesa do Senado.



A SRª CLAUDIA LYRA – Bom dia a todas e a todos, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Ana Rita, Senador Pedro Taques, Senador Roberto Requião, Senadora Ana Amélia, Senador Ruben Figueiró, Dr. Romão, Dr. Mathias e a todos que aqui nos prestigiam presencialmente ou, também presencialmente, por meio de videoconferência.

O Senador Pedro Taques, na sua fala, no seu pronunciamento, colocou que a Constituição exige diálogo entre a sociedade e entre os poderes. Tra-

zendo para nós, essa Constituição exige esse diálogo entre a sociedade e o Poder Legislativo. E, nesse sentido, como a sociedade se pode fazer ouvir nesse diálogo? O Senado tem se mobilizado para responder a essas perguntas e tem se empenhado muito, no sentido de conferir cada vez maior possibilidade desse diálogo, maior transparência das atividades do Poder Legislativo e atender a esses anseios da população e a esse mandamento constitucional.

Nesse esforço, a ouvidoria é um instrumento absolutamente indispensável para essa aproximação, para a realização desse diálogo, tanto que, na sua competência, a descrição de que cabe à ouvidoria receber, examinar, dar o tratamento adequado às sugestões, críticas, elogios, reclamações, denúncias, tudo o que for encaminhado pelo cidadão sobre as atividades do Senado, especialmente sobre o funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. Ou seja, a abrangência da sua atividade é grande.

E a Senadora Lúcia Vânia, Ouvidora-Geral do Senado, tem realmente trabalhado nesse sentido para dar execução ao que à norma dentro Casa exige, buscando inclusive capitanear os diversos segmentos, os diversos órgãos do Senado, as diversas formas que o Senado tem de se fazer apresentar e de ouvir a sociedade.



Foto: Reuters/Contas

Então, nesse sentido, a Secretaria da Mesa ajuda e busca ajudar nessa coordenação, apresentando e estando presente em várias formas, principalmente e logicamente na legislativa.

Vou, então, pedir ajuda tanto a quem está nos ouvindo aqui como na videoconferência ou a quem estiver nos ouvindo por outros canais da comunicação, para nos mostrar as formas em que a Secretaria Geral da Mesa auxilia a ouvidoria e ao Senado nesse sentido.

Trago como exemplo o Portal e-Cidadania, um canal estruturado em três dimensões que correspondem às funções básicas do Poder Legislativo, ou seja, a e-Representação, a e-Legislação e a e-Fiscalização, além de agregar diversos produtos e serviços já existentes nos portais, o que facilita a vida do cidadão, que não precisa ficar imaginando onde poderia entrar para se fazer ouvir, pois, em um mesmo portal, ele faz isso. Foram desenvolvidos também diversos produtos. Ou seja, ele pode apresentar e participar ativamente do processo legislativo, apresentando uma ideia legislativa, por exemplo a sugestão de um projeto. E ele não precisa vir com a sugestão estruturada. Ele dá uma ideia do que ele acha que deveria ser regulado na nossa vida em sociedade; é a ideia legislativa.

Em síntese, o cidadão apresenta uma ideia e essa ideia é colocada em consulta pública. Se ela receber pelo menos 20 mil apoimentos, ela se transforma e vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde, se tiver acolhimento dos Senadores daquele colegiado, tramita, agora então, como um projeto de lei; ou seja, com apenas 20 mil apoimentos, muito menos do que a Constituição exige, participando mais diretamente, o cidadão pode iniciar um projeto de lei. E não há inconstitucionalidade alguma, porque essa sugestão vai à Comissão de Legislação Participativa e Direitos Humanos e se transforma em um projeto de lei por meio dessa Comissão.

Outra forma de o cidadão participar é propondo uma audiência pública. Ele propõe essa audiência pública; isso é colocado também em consulta pública e, se eventualmente receber, neste caso, só 10 mil apoimentos, essa sugestão de audiência pública vai para a comissão pertinente, dependendo do assunto. Se a Comissão assim entender, vai ser feita a audiência pública, e nós estamos realizando, se eu não me engano nesta semana, na quarta-feira, a primeira audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, que emanou dessa participação popular.

Outra forma também de o cidadão poder participar é a consulta pública por meio dos anteprojetos, por exemplo, o Código Comercial. O Código Penal também recebeu tantas sugestões que foram analisadas pelos senadores, e algumas puderam ser acatadas; ou seja, é uma participação efetiva da população, da sociedade na nossa legislação, naquela norma que vai regular a nossa vida em sociedade. Através ainda do Portal e-Cidadania, o cidadão participa, então, do projeto de lei. Ele pode também participar apresentando uma sugestão de emenda a um projeto já existente ou ele pode participar da audiência pública e também do orçamento fácil. Uma forma de traduzir na linguagem bastante acessível o orçamento, o “orçamentez” que, às vezes, mesmo para nós que trabalhamos aqui dentro, é complicado. Por intermédio da Comunicação Social e da Consultoria de Orçamentos da Casa, foi feito um trabalho de traduzir o orçamento e trazer o orçamento para a vida, para o dia a dia do cidadão. Como aquilo que se faz aqui... A lei orçamentária é abstrata, sim, mas ela é viva no dia a dia. O cidadão pode aprender e ver como isso se traduz no dia a dia. Ou seja, então, pelo canal e-Cidadania, temos essa possibilidade de o Senado se abrir à sociedade – e não só isso, pois é uma via de mão dupla –, ouvir o cidadão e o que ele quer, o que ele entende ser necessário.

Outra ferramenta instalada há poucos dias é o Opine. O cidadão pode opinar “sim” ou “não”. Sou favorável ou sou contrário a todas as matérias legislativas, aos projetos, PECs (propostas de emenda à Constituição) que estão em tramitação no Senado Federal.

Através do ícone – e a gente vê lá em cima “Opine sobre Projeto” – dentro do Portal e-Cidadania, o cidadão vai manifestar-se favorável ou contrário aos projetos que estão tramitando. E todos os Parlamentares podem ter acesso a essas informações de como isso está repercutindo, ecoando na sociedade.

Além disso, a Secretaria-Geral da Mesa também disponibiliza o atendimento ao usuário do processo legislativo, que pode ser feito presencialmente, por *e-mail*, por telefone. Se o cidadão tiver alguma dúvida sobre como está o andamento de determinado projeto ou, mais genericamente, como é o andamento de um projeto aqui no Senado ou no Congresso Nacional, porque o Senado Federal também é responsável pelas atividades do Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta, ele tem esse canal presencialmente, por *e-mail* ou pelos telefones 3303-9467 até 3303-9470.

Ou seja, o Senado, por meio da sua Ouvidoria e desses canais, pode fazer esse diálogo com o cidadão. O Senado está cada vez mais aberto. E a Secretaria-Geral da Mesa tem a honra de estar nesse processo sempre que for necessário e sempre disponível para isso.

Obrigada. *(Palmas)*

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...eficiente e competente à frente da Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de passar a palavra ao Ministro, eu gostaria que a Senadora Ana Amélia desse uma palavrinha, uma vez que ela vai estar presente na votação do Plano de Desenvolvimento da Educação.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Caros colegas Senadores, Senadora, participantes desta importante iniciativa da Ouvidoria.

Todos os senadores aqui... O Senador Pedro Taques deu uma aula, o Senador Roberto Requião, uma aula acrescida da prática. O relato da

Senadora Lúcia Vânia foi sobre o que vem sendo feito pela Ouvidoria, e os demais expositores vão falar aqui e tenho certeza de que todos vão compor um quadro de um conjunto geral que, no resumo, eu, como jornalista, tenho de falar em 40 segundos, Senador Pedro Taques, e não por uma hora e meia, para dizer o seguinte: à medida que as instituições vão se fragilizando e ficando com descrédito perante a opinião pública e no mesmo momento em que as chamadas redes sociais tornam o cidadão autor e protagonista do seu próprio processo – ele é um jornalista, ele pode escrever as notícias que entender e emitir opiniões –, isso empoderou a sociedade. A tecnologia veio para ajudar a empoderar a sociedade e o indivíduo, criando uma participação que não estava nos nossos códigos. E essa participação direta, de emitir a sua opinião nas redes sociais botou milhares e milhares de pessoas nas ruas no nosso País.

Esse cenário é diferente. As ouvidorias são, eu diria, uma válvula de escape para pegar essa sociedade que está represada na sua manifestação democrática. E a rede social veio para fazer a diferença, felizmente.

Quanto mais fragilizado estiver o sistema partidário, quanto mais fragilizado estiver o sistema das instituições, especialmente o Legislativo, que é a Casa do povo, e nós padecemos disso, muito mais a sociedade vai se manifestar.

Particpei, recentemente, de um evento das Nações Unidas, e a Costa Rica, que é um exemplo de padrão, com um presidente que foi Prêmio Nobel da Paz... Foi dito o seguinte: enquanto era bipartidarismo, a participação popular, que lá é voluntária, era de 80%. Agora, que tem 30 partidos, caiu para 60%. E a tendência é cair mais. As instituições não estão sendo acreditadas.

As instituições fortes são Poder Judiciário, e, no Brasil, temos de cuidar para que continue tendo esse prestígio – nem tanto pela demora do Judiciário na efetividade das resoluções. A sociedade também se manifesta em relação a isso. O Ministério Público, da mesma forma.

À medida que as instituições vão perdendo credibilidade junto à sociedade, mais a sociedade quer mostrar diretamente. A ouvidoria é um dos canais, e a rede social é um canal permanente.

Então, eu penso que nós temos usar isso, e o Senado está... Queria agradecer à Dr^a Claudia Lyra pelo que falou aqui.

Na sexta-feira, nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, através do e-Cidadania, que vem do *e-mail*, do inglês, em que tivemos quase 200 participações de todo o mundo, onde havia unidade de servidor local das embaixadas e consulados brasileiros.

Mesmo como foi dito agora, nesta próxima audiência, na quarta-feira, nós vamos tratar de uma demanda que veio... Foi a primeira iniciativa vinda pelo e-Cidadania, que trata de empoderar a sociedade para dizer o que ela quer ver discutido na nossa Comissão de Assuntos Sociais, que é a questão dos fisioterapeutas, o direito deles. A categoria se mobilizou para fazer isso.

Da mesma forma, no PNE, a Meta 4, que nós vamos discutir agora na Comissão de Educação. O que é a Meta 4? É incluir a palavra “preferencialmente” na escola regular a matrícula de uma criança que seja portadora de necessidade especial. Elas se mobilizaram. Foi a maior mobilização que o Congresso Nacional já viveu. E a Comissão adotou isso por conta da pressão popular.

Isso é serviço de ouvidoria. Isso é acolhimento da demanda social. As redes sociais vieram... E temos que dar uma atenção redobrada às redes sociais. Os partidos políticos, o Congresso Nacional, as instituições todas, as ouvidorias nos estados, nos municípios, onde for.

O *ombudsman*, essa palavra horrorosa, sueca, foi originalmente usada muito na imprensa. Por isso eu falo, porque fui jornalista; trabalhei muito tempo, Senador Pedro Taques. E a imprensa usou muito essa figura. Hoje, o único jornal brasileiro que põe a figura do *ombudsman* é a *Folha de S.Paulo*, embora o *ombudsman* seja o homem, e muitas são mulheres. Então, até nisso, temos de mudar o gênero, porque *ombudsman* se refere a um homem.

Então, o *ombudsman* é a figura do ouvidor, do fiscalizador; de quem recolhe e faz a visão crítica do jornalismo. A *Folha de S.Paulo* é o jornal brasileiro que tem uma página de crítica feita por um *ombudsman* escolhido pelo conselho de leitores. É uma forma de ouvidoria, é uma forma de exercício do poder de democracia direta, eu diria, que o cidadão tem hoje.

Queria cumprimentar novamente a Senadora Lúcia Vânia e os caros colegas senadores. Em cada audiência dessas, a gente aprende muita coisa. E eu sou sempre uma aluna dessas pessoas sábias, que sempre sabem mais do que nós. Daqui, eu saio melhor do que entrei.

Parabéns, Senadora Lúcia Vânia. Estou indo para a Comissão de Educação. Gostaria de ficar aqui até o final, mas vamos votar o PNE agora.

Muito obrigada a todos e sucesso no evento. Sucesso aos Estados que estão participando também. *(Palmas)*

Obrigada.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Senadora Ana Amélia. E peço desculpas pela ausência dos Senadores Pedro Taques e Ana Amélia, que vão se ausentar em função de uma votação na Comissão de Educação.

Convido o Senador Suplicy para...



Vai se ausentar também o Senador Requião. E chamo para compor a Mesa o Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Sr. José Eduardo Romão, Ouvidor-Geral...

Perdão, eu me atrapalhei aqui.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Mathias, Diretor da Secretaria de Transparência e Controle do Senado Federal.



Foto: Roberto Góes

O SR. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA – Sr^a Senadora Lúcia Vânia, que preside esta Mesa, Ouvidora do Senado Federal; Sr^a Senadora Ana Rita, Sr^a Senadora Ana Amélia, eu sou de formação beneditina e, portanto, sinto-me muito à vontade em falar também dos nossos irmãos ausentes. Dr^a Claudia Lyra, Dr. José Eduardo Romão, Senador Figueiró, Senador Suplicy, quero, desde logo, iniciar fazendo respeitosa, e sem querer agregar coisa alguma, referência a dois pronunciamentos: do eminente Senador – o uso do cachimbo faz a boca ficar torta – Pedro Taques e do Senador Requião. Ambos fizeram uma referência à ágora. Mas eu gostaria só de recordar também que a ágora não era todo o povo grego; era só o povo ateniense. E não era do povo, todo o povo. Está ali o meu antigo aluno Jairo, foi meu aluno na universidade. O povo não participava integralmente; só participavam os eupátridas, que eram os cidadãos atenienses. Os metecos não participavam; os escravos, nem pensar.

Portanto, a própria democracia de Clístenes, que todos invocam como exemplo, era aristocrática. Falou aqui o Senador Pedro Taques, e sabemos todos que *aristos* quer dizer “os melhores”, ou, pelo menos, presumidamente melhores. Portanto, esse não é o modelo.

Também se falou muito aqui nos olhos e ouvidos do rei. O Senador Requião, com tanto brilho e com tanta autoridade, do saber de experiência feito também, como ele mostrou aqui o exemplo, disse que, muito antes dos ouvidos, do ouvidor do rei, em Portugal, os persas já o tinham e os sátrapas. E o que eram na satrapia? Eles eram os olhos e os ouvidos do rei, mas não pensem que era só para saber o que o povo estava pensando, não. E ao saber o que pensar, de vez em quando eles acertavam a vida lá desses iranianos mais criativos.

Bem, eu me permito fazer aqui, peço, um registro da Secretaria de Transparência. Logo, tenho o dever de justiça – Montesquieu dizia que uma justiça feita a um é uma ameaça a todos. Quero dizer que, na Secretaria de Transparência, eu já encontrei isso pronto. Portanto, não posso receber louros, sequer aplausos e cumprimentos. No trabalho, sabem que estava a Elga até pouco tempo, e acho que ainda está, se a miopia não me trai. Encontrei o projeto Alô Senado e o projeto DataSenado – isso já estava tudo pronto. Só foi aperfeiçoado. Só estamos dando continuidade, agora de mãos dadas com o e-Cidadania e de mãos dadas também com a Ouvidoria. Senadora, tudo o que mandam solicitar, nós mandamos a tempo e modo, fazendo o melhor possível.

Mas eu gostaria de lembrar esses dois projetos que estão funcionando bem, aliás, três projetos com o e-Cidadania, mas não quero usurpar aqui o mérito da Claudia Lyra.

O projeto Alô Senado é mais do que um projeto; é uma atividade da Secretaria de Transparência, em que os cidadãos se comunicam, mas se comunicam mesmo. É impressionante! Quando é por telefone... Porque vem daí o “alô”. Vem desde o tempo – é um projeto que tem 16 anos –, em que só se falava por telefone, mas depois se comunicam pela internet e se comunicam também pelas redes sociais, não é?

Faço aqui um parêntese. Nós recebemos esta semana o Prof. José Julio Fernández Rodriguez, que tem um livro extraordinário, a merecer atenção: *O Público e o Privado na Internet*, e fez uma palestra maravilhosa lá no STJ sobre os direitos fundamentais e a realidade da internet. Eu já pedi – ele já autorizou, está fazendo a revisão – para nós disponibilizarmos isso, porque merece uma leitura, e não para cumprimentar o orador. Não! É para reflexão, porque é muito sério o que está dito ali. E não precisa dizer mais. Todos nós lemos jornais, sabemos o que ocorre aí por esse mundo afora.

Esse trabalho do Alô Senado é impressionante, e já falarei em números, porque eu gosto de respeitar rigorosamente o tempo. Havia uma vez um orador que falava demais e, querendo desculpar-se, disse: “Olha, estou aqui sem relógio”. E um lá do meio disse: “É, mas nós temos calendário. Então, temos que respeitar o tempo obviamente de todos.

E o DataSenado é um projeto em que fazemos pesquisa. Nós vamos lá, e os números são impressionantes. São pesquisas mensais, fazemos também enquetes de 15 em 15 dias, mantendo, alimentando, para que tenhamos a informação, o saber, as aspirações, os protestos, as críticas, os aplausos, as restrições. Portanto, não é um quadro todo otimista, “poliânico”, de que tudo vai bem, nem panglossiano, do melhor dos mundos possíveis, mas trazendo as aspirações populares para o conhecimento de quem de direito, que tem possibilidade de transformá-los.

Foi muito falado aqui sobre a iniciativa popular. Sabemos dos êxitos da iniciativa popular, sabemos que a Constituição de 1988 avançou, porque não diz apenas que todo poder emana do povo; diz que o poder emana do povo, que o exerce por intermédio dos seus representantes ou diretamente na forma da lei, e indica o plebiscito e o referendo, e indica a iniciativa popular. E temos, aqui, de iniciativa popular no Senado – já ouvimos, a Senadora Ana Amélia acaba de fazer registro, a Ouvidora conhece isso melhor do que ninguém – um verdadeiro Hyde Park, direto e eletrônico, que temos: o e-Cidadania, em que o cidadão está votando lá, ainda que em uma forma de “sim” ou “não”.

O “sim” ou “não” é sempre perigoso. Na atividade que exerci durante duas décadas de magistrado, sempre aprendíamos que nunca deveríamos perguntar só o “sim” ou “não” – aqui isso foi possível –, quando se dava o exemplo de um juiz que perguntou ao réu: “O senhor continua espancando a sua mãe?”. Então, não há aqui possibilidade do “sim” ou “não”. Mas, mesmo assim, é um grande avanço.

Exupéry dizia – vamos encerrar – que os homens gostam de números. Ele dizia que não bastava dizer que há fome na Índia; que é preciso que se diga que 500 milhões de hindus morrem de fome. Hoje, o número é bem maior. Não sei se a morte por fome é maior, mas o número de indianos é bem maior, e vamos ver que Exupéry não escrevia só para *misses*, (*O Pequeno Príncipe*, etc), mas obras realmente que nos levam à reflexão.

Quero dizer que, além dos 400 mil cadastrados no Projeto Alô Senado, só este ano respondemos já a 1,137 milhão, em números redondos, de consultas por esses meios, além do telefone, que não está descartado, mas hoje temos mais via internet e redes sociais. Temos ainda, no DataSenado, inúmeras pesquisas encaminhadas aos Senadores, aos diretores que estão afeitos a essas providências mais imediatas.

É um trabalho que realmente existe, funciona. Portanto, não é um projeto, não é uma quimera, dando resultados de pesquisas, como violência contra mulheres, o que pensa o povo acerca de alguns projetos que estão circulando. Não é um problema apenas passivo – sabemos que hoje há a transparência ativa e a transparência passiva. É um trabalho de transparência ativa. O sujeito recebe um telefonema, sem querer concorrer com os institutos de pesquisa, mas dando um – desculpe-me pela expressão tão vulgar – banho de atuação.

Sr^a Senadora, agradeço muito pelo fato de ter se lembrado da Secretaria de Transparência. Quero agradecer aos meus auxiliares, que fazem um trabalho notável e acompanhado, porque não quero ser só os olhos e ouvidos do rei, até por não estarmos numa monarquia. Ainda que o inconsciente público seja um pouco monárquico: rainha da uva – não é isso? – e o próprio reino dos céus.

Agradeço a atenção de todos. Estamos à disposição pelo Alô Senado, pelo DataSenado e, diretamente, numa coisa efetiva, que não é só para aplausos, mas para conhecer.

Santo Agostinho dizia que as críticas nos fazem crescer sempre. Quando elas são injustas, nos dão a certeza de estarmos no caminho certo. E, quando elas são justas, nos permitem a correção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ministro Carlos Mathias, cumprimento-o pela sua atuação à frente da Secretaria de Transparência e Controle do Senado Federal.

Agora, passo a palavra à Senadora Ana Rita, para que conclua a sua exposição, mostrando a atuação da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.



A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais uma vez, quero aqui cumprimentar todos vocês, especialmente aqueles que nos acompanham em videoconferência de vários estados e que já estão conectados conosco. Dizer que é um prazer muito grande poder dialogar com vocês neste momento.

Conforme já vinha dizendo, a Comissão de Direitos Humanos e a Ouvidoria do Senado Federal, conduzida pela nossa querida Senadora Lúcia Vânia, têm muita coisa em comum, porque ambos os espaços buscam ouvir a sociedade e dar encaminhamento ao que a sociedade realmente nos demanda.

Digo que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal é uma comissão altamente demandada pela sociedade brasileira, pelos movimentos sociais, por instituições, por diversas pessoas individualmente. São várias as solicitações que as pessoas nos fazem.

Para facilitar o andamento desse trabalho e poder dar celeridade ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos, ela é composta também por quatro subcomissões, que têm o papel não só de fazer o debate a respeito dos projetos de lei, mas também de dar condição de fazer o encaminhamento a respeito das demandas que chegam.

Então, há a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, a Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso. Todas essas subcomissões são presididas por um Senador ou uma Senadora e compostas por mais dois Senadores.

No caso da Subcomissão de Defesa da Mulher, a Senadora Lídice da Mata é quem preside; a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, é o Senador Randolfe, juntamente com o Senador João Capeberibe; a Subcomissão de Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, o Senador Paulo Davim; e a Subcomissão de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, o Senador Paulo Paim.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal também é uma comissão de legislação participativa. Portanto, é uma comissão que opina sobre sugestões legislativas e propostas apresentadas pela sociedade civil. Aqui, quero dizer que as pessoas, as entidades que têm sugestões de projetos de lei podem encaminhar diretamente para a Comissão de Direitos Humanos, que acolhe e avalia essas sugestões, transforma-as, de fato, num projeto de lei, para que possa tramitar normalmente aqui no Senado Federal.

Cito que, se hoje temos uma legislação que assegura os direitos da pessoa autista, igualando esses direitos às demais pessoas com deficiência, foi fruto da indicação de uma entidade que atua com pessoas autistas, que encaminhou esse projeto de lei para o Senado Federal. Foi acolhido pela Comissão de Direitos Humanos, teve toda a tramitação, sendo aprovado já pelo Plenário do Senado e hoje é uma legislação em vigor.

Além disso, também, a Comissão de Direitos Humanos aprecia todos os projetos que tramitam na Casa que são afetos aos direitos humanos. Também recebemos diversas denúncias por parte da sociedade. Denúncias de violações de direitos humanos em todas as áreas, que a Comissão de Direitos Humanos faz os devidos encaminhamentos para as autoridades públicas competentes.

Em alguns casos, a Comissão de Direitos Humanos também faz diligências para se certificar *in loco* da gravidade dos problemas. Aqui cito, por exemplo, o caso de pulverização aérea que aconteceu no Município de Rio

Verde, no Estado de Goiás, onde estivemos, pessoalmente, realizando uma audiência pública, juntamente com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, fazendo uma visita à escola onde as crianças foram afetadas e se encontram com graves problemas de saúde. É uma demanda que ainda continua sendo acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos, mas que fizemos alguns encaminhamentos, principalmente ao Ministério da Saúde, para que tome as providências necessárias no sentido de trazer para aquelas pessoas, professores e alunos, o atendimento adequado na área da saúde.

Também a Comissão de Direitos Humanos realiza muitas audiências públicas. Praticamente toda semana, temos duas, três audiências públicas, a partir das demandas apresentadas pelos Parlamentares, pelos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão, mas também pela sociedade.

Um dos instrumentos de acolhimento de sugestões vindas da sociedade, que já foi muito bem esclarecido, muito bem explicado pela Dr^a Claudia Lyra, é o e-Cidadania. Os projetos que chegam através desse instrumento do Senado Federal passam pela Comissão de Direitos Humanos também, para que possam ser apreciados.

Outro instrumento que o Senado Federal tem, altamente importante, é o programa Senado Jovem Brasileiro, que, na semana passada, nós demos posse aos Jovens Senadores do ano de 2013. Eles passam um tempo aqui no Senado Federal, apresentam projetos importantes. Normalmente, quase todos os projetos apresentados pelo Programa Senado Jovem Brasileiro são acolhidos pela Comissão de Direitos Humanos. Com um conteúdo muito rico e bastante pertinente, têm dado uma grande contribuição, não só à Comissão de Direitos Humanos, mas uma grande contribuição ao Senado Federal, conseqüentemente à sociedade brasileira, que se beneficia de projetos importantes, fruto de debate e discussões trazidas pelos jovens, que vêm para o Senado Federal a partir de todo um processo realizado nos Estados, através das escolas públicas, onde são selecionados por meio de uma redação, e todos os Estados são representados aqui. Então, na semana que passou, demos posse a 27 Jovens Senadores, meninos e meninas jovens, que participam ativamente.

Gostaria também de ressaltar um pouco os debates realizados nas audiências públicas, que têm objetivo de instruir matérias em apreciação na comissão, de tratar de assuntos, com certeza, relevantes, de interesse

público e também de poder possibilitar que determinados setores da sociedade, que não encontram espaços, muitas vezes, tragam as suas demandas – e são demandas muito grandes. Aqui cito um exemplo das comunidades indígenas, das populações indígenas, dos povos indígenas dos mais variados Estados que têm suas demandas, e são demandas difíceis de serem resolvidas, e a Comissão de Direitos Humanos busca dar visibilidade a essas lutas e a esses movimentos.

Além da questão indígena, nós temos tratado também, na Comissão de Direitos Humanos, a questão dos direitos das mulheres; conflitos agrários; situação dos povos indígenas; trabalho escravo; adoção de crianças, que é uma demanda muito importante; a questão do casamento civil igualitário; a regulamentação, por exemplo, da PEC das Domésticas; a discussão do trabalho escravo; o assédio moral no serviço público. Enfim, há uma variedade muito grande de temas, mas sobre todos eles, sem exceção, a partir da audiência pública, nós definimos encaminhamentos, esses encaminhamentos são feitos, e, na maioria das vezes, nós temos obtido retornos altamente positivos.

Eu quero aqui lembrar de um outro fato, em que nós tivemos um retorno muito positivo, que foi um conflito entre o Exército Brasileiro e as comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas. Nós trouxemos um general, representando o Exército, e trouxemos entidades e representações do Governo Federal. Foi um debate muito interessante, um debate muito importante; o Ministério Público estava presente na audiência, e, como encaminhamento, nós tiramos uma comissão, coordenada pelo Ministério Público, com a presença, inclusive, da Secretaria do Patrimônio da União, e, fruto desse diálogo na Comissão, o problema foi resolvido. Foram atendidas as demandas do Exército, mas também se atenderam as demandas das comunidades ribeirinhas, porque houve um esforço conjunto para que 5 mil famílias não fossem desalojadas de uma hora para outra, para atender às necessidades do Exército Brasileiro. Eu acredito que todos saíram com seus interesses contemplados, sem que houvesse prejuízos.

Eu finalizo a minha fala, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos está inteiramente à disposição, e, conjuntamente, nós temos aqui uma relação de muita parceria com a Ouvidoria. A Ouvidoria tem seus ouvidos atentos às demandas da sociedade, e a Comissão de Direitos Humanos também. Sempre que a Ouvidoria recebe demandas legislativas, são

encaminhadas também à Comissão de Direitos Humanos, para os devidos procedimentos regimentais.

Então, quero aqui agradecer e dizer à Senadora Lúcia Vânia que estou sendo convocada para retornar ao Senado. Assim, quero pedir desculpas a quem está nos acompanhado através desta videoconferência e quero dizer que, no tocante às demandas que chegarem aqui relacionadas diretamente à Comissão de Direitos Humanos, comprometo-me a dar as respostas necessárias no tempo mais curto possível.

Muito obrigada e um abraço para todos vocês.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita, cumprimento-a pela sua exposição e pela sua atuação à frente da Comissão de Direitos Humanos.

Passo a palavra ao Senador Suplicy, que vai dar uma palavrinha sobre a Ouvidoria.



O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Querida Senadora Lúcia Vânia, é com alegria que também participo aqui. Sinto-me honrado com seu convite para participar desta reflexão sobre a forma como o Senado Federal interage com a sociedade e permite a cada cidadão brasileiro, e até no mundo, opinar sobre o que nós aqui realizamos – a senhora como Ouvidora-Geral.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, minha colega do PT; a Sr^a Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa, que nos expôs tão bem sobre o aumento extraordinário de comunicação que os cidadãos brasileiros hoje têm para fazer sugestões e dizerem se estão gostando ou não de nossa atividade; o Ministro Carlos Mathias. Também cumprimento o Sr. José Valdo Silva, Ouvidor-Geral do Ministério Público.

Eu gostaria de dar o meu testemunho sobre como é que, sobretudo por meio da internet, nós tivemos um aumento simplesmente notável de comunicação, desde quando, por exemplo, fui Deputado Federal, de 1983 a 1987; fui Deputado Estadual, depois Federal. Como Deputado Estadual e Federal, a comunicação era feita, sobretudo, através de cartas, de telefonemas.

Vou dar exemplos. Em 1979, quando extintos o MDB e a Arena, fui convidado por pessoas que estavam formando o Partido dos Trabalhadores, líderes sindicais e intelectuais, e me convidaram e a outros cinco deputados estaduais, que, antes, éramos do MDB, para participarmos da fundação do PT. E eu disse: “Puxa, o que vou fazer com 78 mil eleitores que me levaram à Assembleia Legislativa?”. Eu havia sido o segundo mais votado. Fiz pronunciamentos na Assembleia Legislativa e, por cartas e telefonemas, pedi às pessoas que me dissessem, ou pessoalmente, onde eu estivesse, o que achavam de eu ser fundador do PT. Cerca de 85% das pessoas se comunicaram comigo, mas não havia internet naquela época ou *e-mail*, para dar um exemplo... Acabei ingressando em 10 de fevereiro no PT.

Mas aqui, no Senado Federal, foi em 1991 que o Senado ampliou significativamente e nos disponibilizou, em cada gabinete, computadores e o acesso, por exemplo, ao SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), da União. E eu fui um dos primeiros a começar a acessar as despesas do Palácio do Planalto e de diversos Ministérios, e me lembro de ter incomodado o Palácio do Planalto quando comecei a divulgar as despesas com alimentos e outras coisas que eram adquiridas. Houve, depois, o que acontecia com a Legião Brasileira de Assistência. Incomodei um pouco, mas houve uma hora em que divulguei os dados relativos àquilo que era o antigo SNI, depois passou a ter outro nome. Era antes da Abin, tinha outro nome, e o Ministro responsável, na hora em que divulguei aquelas despesas, foi interrompido o acesso do Senado ao SIAFI. Era Presidente o Senador Mauro Benevides, e eu, duas ou três vezes por semana, da tribuna do Senado, conclamava que fosse novamente restabelecido.

Então, até que, cem dias depois, já era novembro, do segundo semestre de 1991, o Presidente Mauro Benevides falava: “Vamos ligar para o Ministro da Fazenda...”. Não me recordo quem era o Ministro da Fazenda do tempo de Collor de Mello, que sei muito bem quem é, mas agora me saiu da memória, mas ligamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Qual? Não, do tempo de Fernando Collor de Mello.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, era outro. Já vou lembrar.

Bom, eis que o Presidente Mauro Benevides ligou para ele, eram 6h30 da tarde, dizendo: “Olha, o Senador Suplicy está reclamando de novo aqui, é preciso que os Senadores tenham acesso ao Siafi”. E ele estava em Tóquio, foi acordado por nós – eram seis e pouco da manhã –, mas felizmente determinou que fosse aberto outra vez o acesso ao Siafi e, desde então, temos esse instrumento de transparência tão importante.

Mas, se houve época em que eu podia me comunicar sobretudo através dos telefonemas, das cartas que recebi em quantidade, hoje, o faço através dos *e-mails*. Cada um de nós Senadores recebemos centenas de *e-mails* todos os dias do Brasil inteiro, não apenas do meu Estado de São Paulo. Acontece que, hoje, por exemplo, há ocasiões em que os temas aqui são de tal relevância que a população envia centenas de *e-mails*. Houve dias em que recebi mais de mil *e-mails* por algum fato de extraordinária repercussão.

Vou citar um caso: quando houve o requerimento da CPI sobre os Correios, houve um debate fortíssimo em todo Brasil e nós do Partido dos Trabalhadores, a Direção Nacional tinha recomendado de não assinar o primeiro requerimento da CPI dos Correios e, naquele dia, recebi uma enxurrada de *e-mails*, mais de 2 mil *e-mails* chegaram, de um dia para o outro, conclamando-me a assinar. E, naquela tarde, acho que era uma terça ou quarta-feira, o Senador Pedro Simon fez um apelo tão forte para que eu assinasse e eu, pela primeira e única vez, acabei tomando uma decisão diferente do que era a direção do Partido; mas foi muito por causa da comunicação que chegou a mim naquela vez. Duas semanas depois, o Deputado Roberto Jefferson fez aquela entrevista tão significativa e, a

partir daí, o próprio Partido dos Trabalhadores resolveu que deveríamos assinar, sim, o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve o nome de Mensalão. Mas só para citar alguns exemplos.

Eu, de fato, agradeço esta possibilidade tão extraordinária de, através dos *e-mails*... Existem dias – inclusive através do Facebook –, me informa a minha assessora Rosa Wasem, em que há 5 mil seguidores, que é o máximo. Na chamada *fan page*, também 5 mil seguidores, que é o máximo; no Twitter, diante do que se passa está em 85 mil e 500 seguidores e, dependendo do que é postado, há ocasiões em que mais de 20 mil pessoas dizem que estão curtindo. Isso nos permite, ainda mais com essas consultas possibilitadas agora, conforme a Senadora Lúcia Vânia e a Dr^a Claudia Lyra informaram a todos, termos uma possibilidade de interação simplesmente fantástica.

Tenho um projeto de lei que, inclusive, permite que, para determinada iniciativa popular, não se possa também ter um número bem menor de assinaturas e por meio de assinaturas pela internet para que possamos ter mais projetos de iniciativa popular. Então...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Marcílio Marques Moreira. Muito obrigado. Foi Marcílio Marques Moreira com quem me dei muito bem e que foi acordado lá no Japão, tal a maneira como aconteceu que ele falou: “Vamos determinar de pronto, outra vez, o acesso do Senado ao Siafi.”. E aí, dezenas de Deputados Federais e Senadores passaram a acessar e, felizmente, hoje há até a disponibilidade do próprio Governo Federal com portais da transparência e nós daqui do Senado também com Portal de Transparência e aumentou muito o acesso às informações que a população tem. Mas, ainda assim, precisamos realizar um esforço importante para, por exemplo, saber o que a população nas ruas hoje está demandando.

Tive a oportunidade ainda nesses dias de estar dialogando com pessoas do movimento pelo passe livre que se dizem não líderes, é uma liderança horizontal, conversei bastante com eles; são inúmeras pessoas que todas fazem questão de dizer “não, aqui não há chefes, não há líderes messiânicos, não há nada”, mas acho importante que estejamos a dialogar com essas pessoas para saber qual o seu sentimento maior e a forma extraordinária como conseguem, sobretudo, também através da internet, mas também através de volantes e folhetos.

Nesses dias, conversei com elas. Estão até pensando em barrar a Copa. Eu falei: “Olha, pensa bem um pouco sobre isso. Veja que o futebol é uma coisa tão amada pelo povo brasileiro.” “Mas precisamos protestar com respeito a esses gastos tão extraordinários que são feitos para a Copa. Às vezes, até removendo populações carentes de locais onde serão feitos estádios e tudo.” O pessoal está muito consciente e quer se comunicar conosco; é importante que multipliquemos essas formas de comunicação. Está de parabéns o Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Suplicy e o cumprimento pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. José Eduardo Romão, Ouvidor-Geral da União.



Foto: Reuters/Contas

O SR. JOSÉ EDUARDO ROMÃO – Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Ouvidora-Geral do Senado, a quem cumprimento, parabênzimo, saúdo pela iniciativa, que tem qualificado o debate em torno das ouvidorias e da participação social neste País e agradeço pela oportunidade do diálogo.

Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Suplicy, Il^{ma} Sr^a Secretária-Geral da Mesa do Senado, Secretária-Geral Claudia Lyra; Ex^{mo} Sr. Ministro Dr. Carlos Mathias, senhoras e senhores presentes, meus colegas ouvidores e demais participantes deste momento, servidores do Senado, agradeço a oportunidade para refletir juntamente com vocês ou discutir sobre ouvidorias, porque nos parece ser o momento decisivo para as instituições de participação social neste País e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Senadora Lúcia Vânia nos lembrava como fez, Senador Suplicy, dos protestos recentes, estamos nós diante de um grande, gigantesco desafio. Se, por um lado, como aqui foi apresentado, a Constituição nos legou obrigações, exigências, na constituição em caracterização ou reconstituição das instituições públicas no Brasil, o legado, a obrigação de transformá-las em instituições de direito e democracia, ou seja, conciliar fundamentalmente demandas, expectativas sociais, com textos, com manifestações jurídicas, com a constituição e a criação de direitos; como conciliar a expectativa de um lado, de um contexto marcado por enormes e históricas desigualda-

des com pretensões constituídas no âmbito de uma nova Constituição que reduziria essas desigualdades – ou que tem por objetivo –, com a participação dos destinatários ou com a participação das pessoas que serão titulares ou que são titulares desse direito. É nesse novo contexto, num contexto decisivo, de constituição, de reafirmação democrática neste País que nós nos encontramos hoje.

Falo de um lugar, ou com base em números, que nos parecem revelar duas coisas; parecem nos oferecer dois entendimentos. As ouvidorias públicas no Brasil estão hoje em aproximadamente 2 mil unidades, espalhadas em municípios, estados, no Poder Executivo Federal, nos diferentes Poderes instituídos neste País. Apenas as ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal são 280, num crescimento de mais de 350% nos últimos dez anos – éramos mais ou menos 40 ouvidorias em 2003 e hoje somos 280 – que recebem por ano, aproximadamente, 3 milhões de solicitações, ou manifestações, como gostamos de denominar. Essas manifestações constituem ou representam cinco espécies de manifestações ou de demandas da população: denúncias relacionadas ao uso irregular ou à malversação de recursos públicos; reclamações em geral, que dizem respeito à baixa qualidade ou a insatisfação por atendimentos realizados; atendimentos decorrentes de serviços ou políticas públicas; solicitações de acesso à informação em geral, pedidos específicos de esclarecimento; elogios e, em alguns casos, sugestões.

Esses quadro, cinco tipos de manifestações, como eu disse, representa hoje, em média, por ano, 3 milhões de manifestações dirigidas ao Estado, ao Poder Executivo Federal. Por um lado nos parece muito, e parece revelar, como eu disse agora, que as ouvidorias expressam, sim, essa demanda por participação, essa exigência; ou respondem à exigência ou à obrigação constituída no âmbito da Constituição Federal de 1988 de consagrar ou de organizar a participação social na gestão do Estado. Se por um lado o fazem, por outro, revelam, diante das dimensões de nosso País, do volume de problemas que nós conhecemos e mesmo das desigualdades existentes, que nós estamos atendendo a uma pequena parcela da população.

Se examinados esses dados com as informações disponíveis, nós veremos que grande parte das manifestações dirigidas, e isso quer dizer a Ouvidoria-Geral do Senado, a Ouvidoria da Câmara, a Ouvidoria da Petrobras, a Ouvidoria do Ministério da Cultura, grande parte delas revela

um mesmo público demandante: são pessoas que têm acesso à internet, um grau de instrução elevado, compreendem e descrevem com qualidade os seus problemas e têm uma interação organizada com o Estado. O que revela, pois bem, essa dupla face dos desafios das ouvidorias? Se por um lado temos o reconhecimento e a credibilidade de parte da população, por outro devemos responder de outras formas, por outros meios, às necessidades que a maior parte da população brasileira vivencia e não nos consegue relatar, não faz chegar adequadamente às ouvidorias públicas deste País.

Então, eu costumo dizer que, certamente, esse é o desafio de consolidação do Estado Democrático de Direito mais candente ou mais premente para todos nós. De que forma? Por quais meios? Acolher ou atender a essas manifestações com a participação dessas pessoas que estão historicamente alijadas de qualquer atenção do Estado. Esse é, certamente, um dos mais, senão o mais, tocante desafio apresentado às ouvidorias. Não é apenas um desafio de escuta qualificada da população; por muitos anos as ouvidorias foram assim identificadas, como espaços ou canais de escuta adequado. Como aqui se viu, a escuta é uma atribuição – não pode ser um monopólio das ouvidorias –; é uma atribuição dos poderes políticos, dos poderes constituídos. A política, em sua manifestação digna e restabelecida, é a qualificação dessa escuta, o exercício constante, regular dessa atenção da escuta dedicada ao cidadão.

Pois bem, as ouvidorias como instâncias de participação social, que assim se reapresentam ao longo desses 20 anos de experiências e construções consolidadas, devem fazer mais do que escutar. Às ouvidorias em geral cabe um papel proativo. As ouvidorias devem promover a realização dos direitos humanos com a participação organizada da população, mas não apenas quando recebem as manifestações que aqui descrevi; não somente. É bom lembrar, e é importante frisar, que é indispensável que as ouvidorias façam um trabalho de escuta cada vez melhor, que elas acompanhem não só o processo de elaboração da resposta, que deem atenção ao cidadão, que consigam avaliar a resposta, se foi satisfatória, se foi suficiente a resolução do problema, isso é indispensável, essa talvez seja a sua função primordial, básica, basilar, que constitui e identifica a ouvidoria. Mas em um contexto de novas demandas, de intenso desejo, de intensa expectativa por nova participação, ou por participações qualificadas, deve a ouvidoria

dar um salto qualitativo e responder mais adequadamente a essas manifestações, a essas demandas por participação social.

E pode fazê-lo, antes de mais nada, e essa é a razão pela qual hoje a Ouvidoria-Geral da União trabalha pela instituição de um sistema federal de ouvidorias, mas que promova a organização de uma rede nacional que envolva os diferentes poderes, os diferentes entes federativos. Então, qual é a ideia fundamental, o que move, o que estimula, o que impulsiona a constituição de um sistema federal e, ao mesmo tempo, de uma rede nacional? Os novos desafios e o desafio de instaurar uma nova ouvidoria que tenha uma atuação pró-ativa; então, que pergunte constantemente à população que não reclama; que vá aos rincões, que esteja junto à população examinando e avaliando a qualidade dos serviços públicos brasileiros.

E pode fazê-lo pelos instrumentos convencionais – audiências, consultas regulares –, pode fazê-lo instalando fóruns, organizações colegiadas, como já se faz neste País, criando momentos ou eventos para que a população se manifeste, como são as conferências, demandando ao Estado uma reorganização; uma reelaboração das suas próprias políticas – é indispensável que as ouvidorias estejam junto das diferentes formas de instituições de participação social, como conselhos e conferências –, mas, fundamentalmente, as ouvidorias devem trabalhar essa nova exigência, ou atender e responder às novas expectativas de participação da sociedade, estabelecendo uma observação qualificada dos procedimentos e processos pelos quais age e atua o Estado.

E aqui, quando eu falo em processo, para não tornar complexo o diálogo, ou, pelo menos, excessivamente sofisticado, é preciso olhar para as mais sutis ou mais mezinhas formas de participação ou manifestação do Estado; da avaliação dos servidores públicos. Então, quanto a população poderia participar da avaliação do trabalho realizado pelos servidores públicos ou pelas suas instituições? Qual é o grau de participação que poderia realizar a população avaliando se estão, ou não, satisfeitos com os serviços públicos prestados? Como a população contribui diariamente, regularmente, com o exame, com a qualificação, com a melhoria dos diferentes serviços públicos prestados por procedimentos muito simples de consulta, de interação?

Enfim, as ouvidorias públicas, mais do que escuta, devem se constituir, como instâncias de participação, como canais constantes de diálogo,

de interação. A ouvidoria não apenas recebe, como dialoga, estabelecendo também aos cidadãos novas exigências de participação, exigências fundadas não apenas em interesses particulares ou em demandas que se restringem a interesses pessoais ou individualizados, mas como a ouvidoria promove a conexão de determinadas demandas a interesses coletivos e públicos de maior monta ou de maior repercussão social, sem deixar de desqualificar, ou, sem prejuízo do atendimento às demandas específicas e singulares.

Então, é nesse novo contexto, em que a população demanda, sim, participação social, que as ouvidorias públicas não podem, ao mesmo tempo, aceitar que a participação social, a demanda por participação social renovada com os protestos mais recentes se restrinja a uma manifestação retórica, ou apenas a um acolhimento performático, em que dizemos nós que, agora, sim, as ouvidorias descritas no âmbito de um novo sistema são instâncias ou espaços para a participação social.

Nessa perspectiva, em que respondemos concretamente, precisamos fixar prazos, como faz a Ouvidoria do Senado, em termos gerais, para que haja resposta com eficiência, eficácia e efetividade. É indispensável que as ouvidorias organizem a proteção aos denunciante e aos manifestantes. Hoje não há padrão que estabeleça, sequer, a proteção à identidade do denunciante, oferecendo riscos à população, que se insurge contra a má qualidade dos serviços públicos. É preciso organizar o recebimento de manifestações anônimas. É claro que seria desejável que o Brasil pudesse dispor de meios para proteção, meios para acolhimento e tratamento das diferentes denúncias, por mais graves que sejam, mas ainda não há como garantir segurança e integridade de todos aqueles que se manifestam contra autoridades constituídas ou contra determinados Poderes.

É indispensável que as ouvidorias se vinculem – e isso me parece necessário e fundamental nessa reformulação do que são as ouvidorias –, se constituam planos de trabalho; que as ouvidorias consigam, no seu processo próprio de planejamento, identificar quais expectativas a quais públicos deve responder. Dessa forma, constituem, com força e ênfase, o seu próprio mandato, a estabilidade de sua atuação, a regularidade no trato com as pessoas e com as instituições.

Então, se eu pudesse sublinhar com destaque um dos avanços ou uma das novidades constituídas no âmbito desse sistema, eu sublinharia a

necessidade de se fixar mandato com plano de trabalho para os ouvidores, para que eles consigam interagir, de forma organizada, com as pessoas que a eles se dirigem e com as instituições com as quais deve se relacionar.

Também nesta perspectiva de reformulação ou de realização plena da participação social, as ouvidorias devem trabalhar sempre em conjunto com o sistema de proteção de direitos. E aqui sinalizo para o que o Senador Pedro Taques dizia, que, no Brasil, se optou por atribuir ao Ministério Público grande parte das responsabilidades ou competências que, historicamente, se atribuíram aos *ombudsmen*, no mundo ou na Europa Ocidental. Esse perfil de um ouvidor ou de um *ombudsman* que atua como o controle externo, representando a sociedade, certamente foi partilhado no Brasil por diferentes instituições, com mais ênfase ou destaque para o Ministério Público.

Mas é inegável que essa relação direta com a população, essa relação diuturna, cotidiana, de atendimento e escuta foi se calcando, foi se estabelecendo no âmbito das ouvidorias públicas brasileiras. Por essa razão, devem as ouvidorias públicas, num sistema ou numa rede de atuação e valorização ou consolidação da participação social, atuar em conjunto, com procedimentos para encaminhamento e tratamento colegiado das demandas, com soluções, com consultas, com instrumentos de organização, juntamente com as demais instâncias ou instituições de participação e defesa dos direitos. Então, é a Comissão de Direitos Humanos, é o próprio Ministério Público, são as instâncias de controle que hoje atuam, o TCU, em auxílio ao cidadão, que, certamente, restabelecerão ou farão das ouvidorias não apenas um canal, um instrumento qualificado de escuta, mas também uma instância por excelência de participação social.

Então quero, mais uma vez, exortar e agradecer. Não tenho dúvidas de que a Ouvidoria do Senado tem realizado um grande trabalho. Cito e destaco, concluindo, que a Lei de Acesso à Informação e o esforço para a consolidação da transparência têm nos proporcionado um estímulo adicional de integração, de melhoramento ou qualificação e aprimoramento dos canais e do atendimento da eficiência com que nós trabalhamos. É com base nessa experiência conjunta, que vem nos unido, que vem reforçando os laços, que tenho absoluta certeza de que vamos, sim, constituir não apenas ouvidorias como instâncias de participação social, mas um sistema fortalecido, uma rede de proteção e realização de direitos humanos, com

a participação da população, que expresse com força os desafios e realize com ênfase os desafios fixados na Constituição Federal de 88.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. José Eduardo Romão e quero cumprimentá-lo pela sua exposição, dizer da alegria de vê-lo falar com tanta experiência à frente desse órgão, dando sugestões que são, sem dúvida nenhuma, muito importantes para todos nós.

O último expositor, Dr. José Valdo Silva, Ouvidor do Ministério Público, que o fará através de videoconferência.



O SR. JOSÉ VALDO SILVA – Ex^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, digna Ouvidora do Senado Federal; Srs. Senadores, Sr. Ouvidor-Geral da União, com quem tenho tido o privilégio de muitos encontros, o que consolida, cada vez mais, a importância do seu trabalho na Ouvidoria-Geral da União; demais componentes da Mesa, na pessoa de quem quero saudar a Senadora Lúcia Vânia, que, neste momento, Sr^a Senadora, marca a história, o trabalho das ouvidorias brasileiras.

Sr^a Senadora, senhores debatedores, a sociedade brasileira, como que tomando por suas mãos o timão de seu destino, vive, atualmente, dias de efervescência e que há muito se viu adormecido em nossa mais recente história. Dizem que o clamor pela moralidade pública e respeito à dignidade da pessoa humana atingiu níveis que desafiam mesmo a compreensão dos mais respeitados e recomendados estudiosos da ciência política e social, resultado de um processo histórico de espoliação dos ideais republicanos, fato gerador de uma grande massa social formada por excluídos de toda espécie.

Inserido exatamente em tão rica conjuntura, estamos hoje a testemunhar, de maneira vívida, a própria história, quando, na Capital Federal, por meio da Ouvidoria-Geral, tão bem dirigida por V. Ex^a, traz ao debate, com profícuos estudiosos da ouvidoria no Brasil, profissionais renomados da área da ouvidoria, mirando o compartilhamento de ideias, iniciativa e experiências que, certamente, fomentarão com maior veemência o aprofundamento das suas raízes em nossa sociedade.

Imantado em intensa honra e espírito de bem servir o povo, o Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, assim como reflete a missão ímpar que a nossa Constituição Cidadã conferiu ao Ministério Público a guarda da ordem jurídica, em defesa da democracia e dos interesses sociais e individuais, vem aqui agradecer a oportunidade ímpar de fazer parte de tão elevada ocasião de nossa República, sendo de inteira e justa necessidade o enaltecimento de todos aqueles que irmanaram forças para a realização deste encontro.

Com a devida vênia de todos os presentes, quero deixar aqui externado, Sr^a Presidente, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União e como Ouvidor do Ministério Público do Estado do Ceará, onde comecei o meu trilhar ministerial no ano de 1977, onde percorri a história do Ministério Público, antes e depois da Carta Cidadã, quero dizer que a transparência que se reclama no bom trato da coisa pública encontra, no Conselho Nacional de Ouvidores e nas ouvidorias legislativas, clara identidade para uma ação conjunta, para o aliar de forças em função do dever, abrindo as portas do Ministério Público e de nossas Casas legislativas, para abrigo das demandas de interesse social... *(falha na gravação)*... atuando como mais um canal de ausculta do cidadão e de realização do Estado de direito.

(falha na gravação)... carregando com orgulho o espírito de servir e de levar ao cidadão brasileiro o conhecimento minimamente necessário para o exercício de seus direitos, tenham todos plena certeza de que esta primeira videoconferência que trata sobre a situação das ouvidorias brasileiras, espero que seja o início de um novo tempo, pela sensibilidade, que naturalmente frutificará na formação da opinião pública, cada vez mais politizada, Sr^a Ouvidora, cônica de suas garantias legais e constitucionais, pilar sobre o qual será edificada – acredito firmemente – uma sociedade mais justa para os nossos filhos.

Gostaria de ter tido o privilégio de estar presencialmente, mas a tecnologia nos ajuda neste diálogo quase que presencial.

Ouvindo a inteligência e o compromisso do Senador Pedro Taques, a segurança dos demais Senadores que palmilharam o caminho da luta pela ouvidoria, como o Senador Requião, que faz parte da história da ouvidoria brasileira, tendo sido precursor de movimentos da ouvidoria brasileira, ouvindo José Eduardo Romão, pela sua inteligência e juventude, Sr^a Senadora, quero deixar especial agradecimento deste humilde ouvidor pelo empenho dispensado para a aproximação com o povo e pela oportunidade conferida ao Conselho Nacional dos Ouvidores, no sentido de ouvir forças em tão elevada enunciação, nunca sendo demais lembrar e reconhecer que o bom desempenho de nossas funções funcionais, mais do que um dever público, é acima de tudo um mecanismo de profusão da cidadania para a construção de um Estado democrático de direito, ainda longe, é bem verdade, de se ombrear à dignidade dos brasileiros.

A caminhada apenas se inicia, Sr^a Senadora. Eu queria, no ensejo daquilo que me coube, traçar como experiência a ouvidoria itinerante. É exatamente sobre a ouvidoria itinerante que eu gostaria de citar exemplos dignificantes e que nos levaram a dizer que foram experiências exitosas. No momento em que, em um programa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, que criou o Programa TCM Cidadão Social, cujo propósito é fornecer subsídios aos cidadãos para que exerçam de forma mais efetiva e direcionada o controle social da gestão pública no âmbito das administrações municipais, a principal ferramenta, Sr^a Senadora, senhores debatedores, é a capacitação dos agentes municipais, permitindo que eles estejam atentos e preparados para a correta aplicação dos recursos

que administram, na condução ética da gestão, na obrigação de prestar contas, bem como na observância das demandas do interesse coletivo.

Quanto às ações dos programas, o encontro regionalizado que contempla a realização de palestras, cursos e demonstração de serviço de transparência, inclusive disponível no *site* do TCM, é comum ao nosso trabalho conjunto com a Ouvidoria do Ministério Público. O objetivo, Sr^a Presidente, é disseminar o uso dos mecanismos de controle social e apresentar temas de relevância, considerados como boas práticas de gestão pública, como transparência do controle social, educação, saúde, assistência, criança e adolescente, meio ambiente, plano diretor, arrecadação de tributos, consórcios públicos e convênios, controle interno e administração de contas, estruturas administrativas e impactos ambientais.

Nesse projeto voltado para a disseminação do conhecimento e engajamento da sociedade civil, estão juntos, além da Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará, a Assembleia Legislativa, a Universidade do Parlamento, a Ouvidoria-Geral do Ministério Público, o Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará, a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará/Educação Fiscal e Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará. Percorremos, com a presença de mais de 1,5 mil participantes, mais de 23 mil quilômetros em parceria, em trabalho conjunto, dando consciência ao cidadão da sua participação na gestão pública. E, ao mesmo tempo, o Ministério Público, cada vez mais próximo do cidadão, procurando mostrar as suas verdadeiras atribuições, pôde finalmente encontrar, em consonância com o TCM, um projeto exitoso.

Aqui louvo a iniciativa do Conselheiro Francisco de Paula Aguiar, digno Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, o apoio irrestrito do nosso Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, Ricardo Machado, e a todos aqueles que compartilham da ouvidoria no trabalho efetivo da proximidade do cidadão levando a experiência de prevenir. O preventivo é mais importante do que o punitivo, no momento em que se dá consciência ao cidadão de cobrar e de entender e aos gestores públicos. A exemplo do que se diz, os servidores do Ministério Público estão cada vez mais entendendo a importância dessa interlocução com o cidadão, dessa proximidade, dessa abertura da nossa casa, para que o cidadão entenda que o Ministério Público deve assumir, dentro do preceito constitucional, as suas missões institucionais.

Outro exemplo exitoso, porque a mim cabe traquejar as experiências, é o projeto Ministério Público na Escola – Ouvidoria Itinerante, do Ministério Público do Ceará. À época, foi idealizado com a assessoria do nosso ex-assessor Francisco Roberto Fontenele Moreira, que em muito contribuiu e a quem quero aqui louvar; atualmente é o Dr. Germano de Castro.

Com o projeto da Ouvidoria Itinerante, comparecíamos aos encontros de pais e mestres nas escolas, mostrando qual o papel do Ministério Público, como o cidadão pode ter acesso à Ouvidoria do Ministério Público. E, nesse trabalho de itinerância, nesse trabalho face a face com o cidadão, cada vez mais nos encontramos em sintonia com a sociedade e com a democracia brasileira.

Senadora, V. Ex^a percebe a minha emoção e a alegria pela sensibilidade de abrir esse espaço, que se abre também para as ouvidorias do Ministério Público, para que esses exemplos possam realmente nortear o trabalho das ouvidorias do Ministério Público brasileiro, tanto em nível de Estados como em nível da União.

Somando-se a isso, elaboramos, Sr^a Ouvidora, senhores participantes deste momento especial, uma cartilha numa linguagem coloquial pela qual se pode dar ciência ao cidadão comum, àqueles dos rincões mais distantes do Nordeste brasileiro, para entender mais ou menos, ter uma noção, em linguagem coloquial, o que é o Ministério Público e qual o seu papel, porque a linguagem técnica muitas vezes, pelo ainda pouco acesso à educação neste País – embora tenhamos um plano de inserção ainda mais notável –, ainda é preciso que o cidadão saiba o que é um promotor de justiça, que espaço ele tem no Ministério Público para se aproximar sem medo de ser acolhido, por saber que o Ministério Público é o guardião da democracia. Essa cartilha, Sr^a Ouvidora, que até tivemos oportunidade de remeter à assessoria de V. Ex^a, é um exemplo de que, na prática, com simplicidade, com amor à causa da democracia, nós podemos, cada vez mais, dar visibilidade ao trabalho que tem de desempenhar o Ministério Público.

Há outro espaço que levo de experiência, porque, coincidentemente, estou presidindo também a Associação Brasileira de Ouvidores – Seccional Ceará, vinculada à Associação Nacional de Ouvidores, a ABO Nacional, da qual também tenho a honra de participar, como recém-eleito para o conselho deliberativo. Esse currículo é apenas para reforçar o amor que tenho a

esta causa, a necessidade que vejo, cada vez mais, Sr. Eduardo Romão, do espaço que tem de ter o cidadão na verdadeira democracia participativa.

O exemplo, Sr^a Senadora, como Presidente da Associação Brasileira de Ouvidores, temos aqui o Ouvidor de uma cidade do interior do Ceará, Maranguape, Ouvidor da Prefeitura Municipal, que tem um trabalho gigante de itinerante, em que ele se desloca para os logradouros públicos do Município de Maranguape, terra do nosso saudoso e querido Chico Anísio. Ele vai às creches, escolas, hospital municipal, mercado público, rodoviária, policlínica, etc., situados na sede e nos distritos.

A finalidade maior desses eventos é promover o controle social e a cidadania, através de visita *in loco*, entrevistando servidores públicos e usuários do serviço público do Município, atendendo à demanda e acionando a secretaria de competência para resolução dos problemas apresentados via relatório presencial.

Senhora, o tempo é escasso, mas o momento é histórico, como bem já falei. E que este momento V. Ex^a possa, na sua gestão tão exitosa, dar continuidade. Que possamos cada vez mais, neste momento de debate, unir Ouvidorias do Ministério Público, Ouvidorias da União, Ouvidoria do Senado Federal, da Câmara, onde tive oportunidade também de participar dos seminários de ouvidorias legislativas.

Portanto, o nosso mais profundo sentimento de gratidão, e que esse espaço, essas pequenas experiências sejam apenas forças que possam contribuir, evidentemente, para que a causa da cidadania seja cada vez uma realidade mais concreta neste País, porque, acima de tudo, somos brasileiros cheios de esperança.

Muito obrigado, Sr^a Senadora; muito obrigado, Srs. Ministros; muito obrigado, Srs. Ouvidores; muito obrigado, Pátria brasileira, por nos oferecer este espaço; muito obrigado, Ouvidores do Ministério Público dos Estados da União. Tenho a honra de presidir este Conselho, que tanta sabedoria tem me colocado, ao longo da minha experiência, na vida do Ministério Público brasileiro. (*Palmas.*)



A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. José Valdo Silva, Ouvidor do Ministério Público, cumprimentando todo o povo do Ceará, que nos brinda com esta audiência.



Cumprimento e agradeço à equipe técnica do Interlegis, que faz todo o processo de transmissão para todos os Estados; cumprimento as Assembleias Legislativas, que estão recebendo a imagem da videoconferência em salas especiais; cumprimento o Sr. Armando Almeida, Ovi-

dor do Ministério da Cultura; Claudia Varella, Ouvidora Substituta da Previc; Eduardo Murici, Ouvidor do TCU; Eunice Guinancio, Ouvidora do DNIT; João Pedro Tavares, Ouvidoria do DNIT; Josué Fermon, Ouvidor-Geral dos hospitais universitários federais; Lana Barcelos, Ouvidora-Geral Substituta da Antaq; Maria Aparecida Barbosa, Ouvidora da PRF/MJ; Maria Rosynete, Ouvidora-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Maryangela Carol, Assessora da Ouvidoria-Geral da Previdência Social; Paulo Otto, Ouvidor-Geral da Petrobras; Ronald do Amaral Menezes, Ouvidor Substituto do Ipea; Walter Justus, Coordenador-Geral da Ouvidoria do STM; Selma Cezar, da Ouvidoria da PRF/MJ; Silvana Grandi, Presidente da Organização Ser Sustentável.

Agradeço à representação de várias Prefeituras e Câmaras Municipais do Entorno do Distrito Federal, às Primeiras-Damas presentes, ao Centro de Referência da Juventude de Goiânia, aos amigos que vieram prestigiar este evento.

Agradeço de forma muito especial a todos os expositores que aqui estiveram e agradeço, enfim, ao Ministro, que nos prestigia nesta videoconferência; à Dr^a Claudia Lyra, ao Dr. José Eduardo, que nos honram com sua visita.

A todos os senhores e senhoras, os nossos agradecimentos e a certeza de que esta videoconferência abrirá as portas das Assembleias Legislativas, de outras Ouvidorias, para que possamos, cada vez mais, estar perto daquilo que a população brasileira exige do Poder Público.

Tenho certeza de que continuaremos a nossa luta. Esta videoconferência é apenas o princípio de um trabalho que queremos intensificar ao longo da nossa gestão.

A todos os senhores os meus agradecimentos pela presença e pela tolerância.

Quebramos um pouco aqui o protocolo e ampliamos o número de expositores, mas acredito que essa ampliação foi positiva, porque pudemos ouvir o relato de pessoas que tiveram experiências ao longo da sua vida pública.

Muito obrigada a todos e um bom dia. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a videoconferência é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)



CÉDITO DAS FOTOS: RANDIRIO GOMES

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

